

DEZEMBRO/2023

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

LEMA 

Sumário

1.1. SOBRE O IPC	3
1.1.1. PRÓ-GESTÃO	3
1.1.2. COMITÊ DE INVESTIMENTOS	4
1.1.3. CONSELHOS	4
1.2. CONTEXTO ECONÔMICO ATUAL	4
1.3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA	7
2. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	8
2.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	8
2.2. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE	13
3. CRITÉRIOS VERIFICADOS NO RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO	16
3.1. CRITÉRIOS REFERENTES ÀS INSTITUIÇÕES	16
3.1.1. O VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	16
3.1.2. IDENTIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ART. 21 DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021	17
3.1.3. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS	18
3.1.4. PADRÃO ÉTICO DE CONDUTA E EXPOSIÇÃO A RISCO REPUTACIONAL	20
3.1.5. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES	21
3.2. CRITÉRIOS REFERENTES AOS ATIVOS INVESTIDOS	22
4.2.1. POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS DOS FUNDOS EM CARTEIRA	22
3.3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS FUNDOS	22
3.4. ANÁLISE DOS RISCOS	22
3.4.1. RISCO DE MERCADO	22
3.4.2. RISCO DE CRÉDITO	23
3.4.3. RISCO DE LIQUIDEZ	23
3.4.4. RISCO DE SOLVÊNCIA	26
3.4.5. RETORNO DOS INVESTIMENTOS POR BENCHMARK	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

1. SOBRE O IPC

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cariacica - IPC**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022. Além disso, também foi considerada a Política de Investimentos vigente para o ano de 2023.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação e adequação à natureza de suas obrigações e transparência e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de dezembro de 2023. A partir disto, serão analisados "critérios referentes às instituições investidas", nos quais serão analisados itens em relação aos prestadores de serviço de administração e gestão dos fundos em carteira e "critérios referentes aos ativos investidos", em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além do retorno consolidado da carteira do IPC e dos fundos individualmente.

1.1. SOBRE O IPC

O IPC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cariacica, criada pela Lei Complementar Municipal nº 02/1994, composta por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo. Por meio da Lei Complementar Municipal nº 12/2006 foram instituídos os fundos Financeiro e Previdenciário, com o objetivo de garantir o pagamento das futuras aposentadorias e pensões.

O IPC foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social de Cariacica.

1.1.1. PRÓ-GESTÃO

O IPC aderiu ao programa Pró-Gestão, certificando-se como nível III em 10 de maio de 2019 e renovado sua certificação em 05 de julho de 2022. Com esta certificação, o IPC cumpriu todos os critérios definidos na antiga Portaria MPS nº 519/2011 e na Portaria MTP nº

1.467/2022, podendo ser considerado um investidor qualificado, tendo acesso a fundos destinados para este tipo de investidor e ampliando alguns limites para aplicações dos recursos, conforme preconiza a Resolução CMN nº 4.963/2021.

1.1.2. COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos é um órgão auxiliar de caráter consultivo, que possui a finalidade de assessorar o IPC no processo de gestão de recursos e investimentos, observando as exigências legais relacionadas à segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos. Criado através da Portaria IPC nº 81 de outubro de 2013, tem por finalidade elaborar e executar a Política de Investimentos do IPC, bem como as demais atividades definidas no art. 3º da Portaria supracitada.

1.1.3. CONSELHOS

O Conselho Administrativo é o órgão de deliberação e orientação superior do IPC, responsável por fixar a política e as diretrizes de investimentos a serem observadas. Instituído pela Lei Complementar Municipal Nº 28, de 30 de dezembro de 2009 e, sem prejuízo de outras atribuições, tem como função “aprovar a política e as diretrizes de investimentos dos recursos do IPC, participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos e realizar acompanhamento junto a gestão sobre o cumprimento desta durante o seu exercício”.

O Conselho Fiscal, por sua vez, instituído pela mesma lei, é o órgão fiscalizador, auxiliar da gestão, com a competência, entre outras, de “examinar os balancetes e balanços do IPC, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros; examinar livros e documentos; examinar quaisquer operações ou atos de gestão do IPC; emitir parecer sobre atividades do IPC; fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas em vigor; remeter ao Conselho Administrativo parecer sobre as contas anuais do IPC e balancetes; sugerir providências para sanar eventuais irregularidades encontradas.”

1.2. CONTEXTO ECONÔMICO

O ano de 2023 iniciou-se em meio a um cenário de instabilidade, no qual se destacava a incerteza quanto à governabilidade do novo governo brasileiro, sobretudo no que diz respeito a medidas referentes ao ambiente fiscal, que suscitava receios em relação a um possível descontrole nas finanças governamentais.

Acerca do cenário inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apresentou sinais de desaceleração, mas que ainda encerrou o ano de 2022 acima do teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), manteve o movimento de desaceleração no início de 2023. Esse movimento descendente foi impulsionado tanto pela

redução nos preços dos alimentos, quanto pela queda nos preços do petróleo no mercado internacional e pelo ganho de força do real frente ao dólar.

Como medida para alterar a visão negativa em relação ao cenário interno, o governo iniciou discussões sobre projetos relacionados às áreas fiscal e tributária. Primeiramente, foi apresentada a nova regra fiscal, cuja premissa fundamental era vincular as despesas ao volume de receitas arrecadado. O projeto seria debatido ao longo dos meses subsequentes, tendo sua efetivação com a sanção presidencial.

O início de 2023 trazia um ambiente de incerteza também para o cenário externo. Vivíamos um momento de elevação de juros nas nações envolvidas, o que levantava questionamentos acerca dos impactos na atividade econômica global. Além disso, a tensão no sistema financeiro internacional aumentou após a falência de importantes bancos.

Seguindo esse contexto, no Brasil presenciamos um estresse no mercado de crédito privado após os problemas com Light e Americanas virem à tona. Naquele momento, até mesmo fundos de crédito privado que não possuíam títulos destas empresas em carteira acabaram sofrendo, haja vista o medo que se espalhou pelo mercado.

Embora as projeções iniciais para o crescimento econômico brasileiro de 2023 fossem inferiores a 1%, os dados referentes ao primeiro e segundo trimestres surpreenderam os mercados ao apresentarem um crescimento superior ao esperado. No primeiro trimestre, o PIB foi impulsionado pelo excelente desempenho da agropecuária, influenciada por safras recordes de grãos. O setor de serviços também registrou dados positivos.

No segundo trimestre, observou-se um crescimento nos setores de agropecuária, indústria e serviços, com a agropecuária crescendo em menor proporção devido à base de cálculo considerada na pesquisa. Serviços e indústria registraram crescimentos de 1% e 0,9%, respectivamente. Esses resultados, que indicaram uma resiliência da economia, superaram as expectativas iniciais.

Em agosto, houve a aprovação e subsequente sanção presidencial do novo arcabouço fiscal, estabelecendo uma nova regra para o controle das contas públicas. Além da nova regra, também foram definidas metas para os anos seguintes, visando zerar o déficit nas contas públicas já em 2024, alcançar a meta de superávit primário de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026. A partir de 2026, a perspectiva é que as contas públicas estejam estabilizadas, coincidindo com o final do mandato da atual gestão.

Também foi aprovada durante o ano a reforma tributária, que tem como objetivo principal reduzir a complexidade do sistema tributário nacional. Foi estabelecida a unificação de 5 impostos sobre serviços em um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Dual. O IVA será dividido em Contribuição Sobre Bens e Serviços, de competência da União, que substituirá PIS, Cofins

e IPI, e Imposto Sobre Bens e Serviços, de competência dos estados e municípios, que substituirá ICMS e ISS.

O avanço das reformas, a redução da inflação e os sinais de desaceleração econômica foram fatores que respaldaram a decisão do Banco Central de iniciar o ciclo de corte de juros na reunião de agosto do Comitê de Política Monetária (Copom). Esse movimento de cortes persistiu ao longo dos meses subsequentes de 2023, culminando em uma taxa Selic em 11,75% ao final do ano.

Em consonância com a perspectiva do Banco Central de desaceleração da atividade, os dados referentes ao PIB do terceiro trimestre evidenciam um menor desempenho da economia brasileira frente ao trimestre anterior. O indicador cresceu marginalmente, 0,1%, mesmo com o desempenho negativo do agronegócio, que registrou retração de 3,3% no período. Mesmo com esse impacto negativo, o indicador manteve-se acima das expectativas, indicando certa resiliência da economia diante dos desafios presentes.

No cenário internacional, destacou-se, ao longo do ano, a economia dos Estados Unidos, que manteve uma trajetória de crescimento superior às projeções. Este aumento, aliado a um mercado de trabalho aquecido, gerou questionamentos sobre a eficácia da política monetária restritiva adotada pelo Fed (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos) para conter a inflação. Nesse contexto, observou-se uma alta na rentabilidade dos títulos de longo prazo nos Estados Unidos entre meados de maio e final de outubro, impactando negativamente os investimentos globais.

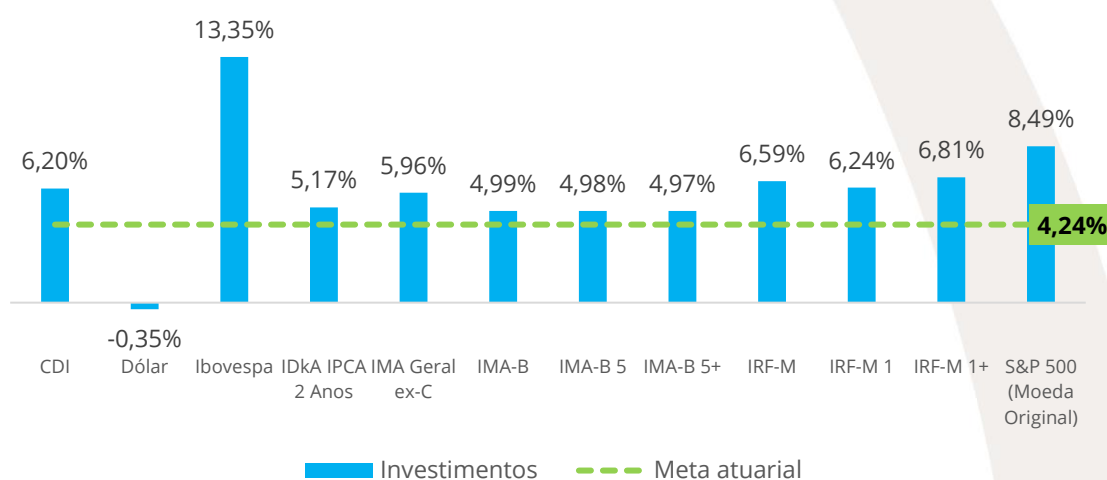
Esse cenário alterou-se durante o mês de novembro, após dados mais favoráveis relacionados ao mercado de trabalho americano, o que levou as taxas dos *Treasuries* (títulos emitidos pelo governo dos Estados Unidos) a registrarem uma queda acentuada. Esse movimento impulsionou positivamente os investimentos globais, elevando o apetite dos investidores a ativos de risco. Novembro e dezembro se destacaram como meses bastante positivos para os mercados de renda variável e renda fixa de maior *duration*.

No ambiente doméstico, diante da conjuntura que se estabeleceu, a inflação encerrou o ano em 4,62%, ficando dentro do intervalo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Paralelamente, o mercado de trabalho demonstrou resiliência, encerrando o ano com a taxa de desemprego em 7,5%, um dos valores mais baixos registrados na história recente. Esses indicadores refletiram uma capacidade de adaptação e robustez da economia brasileira em determinados aspectos.

Ao analisarmos os investimentos ao longo do ano, observamos que, apesar da significativa volatilidade, as rentabilidades foram positivas, com os índices superando a meta atuarial. Destacam-se os ativos de renda variável, que contribuíram significativamente para esses

resultados, devido ao bom desempenho registrado nos meses finais do ano. Além disso, os índices de renda fixa de maior duração também se beneficiaram de um cenário mais benigno para a economia nacional, com projeções de ciclo de cortes de juros mais intenso no Brasil. Analisando apenas o segundo semestre do ano, o Ibovespa foi o grande destaque positivo, com retorno de 13,35% no período. A renda variável internacional também se destacou com o S&P 500 rendendo 8,49%. Na renda fixa, o destaque ficou com os préfixados e com o CDI, mas no geral, todos os ativos superaram a meta no período.

Rentabilidades - 2º semestre/2023



1.3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPC é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2023.

2. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos é diligenciada com o maior esforço, atenção e dedicação da gestão previdenciária, pois envolve riscos diversos diante de mudanças na economia nacional e internacional que afetam diariamente o comportamento dos mercados. Faz-se necessário montar o portfólio de forma a mitigar riscos e garantir a médio e longo prazo os recursos garantidores dos benefícios concedidos e a conceder pelo IPC.

A Carteira de Investimentos encerrou o ano com 31 (trinta e um) fundos de investimentos, sendo 14 em renda fixa, 7 em renda variável, 6 no segmento de investimento no exterior, 3 estruturados (multimercados) e 1 imobiliário, além de NTN-Bs compradas de forma direta. O objetivo de tal diversificação é reduzir a exposição ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador, com o intuito de otimizar a relação risco/retorno/liquidez, trazendo maior estabilidade aos resultados e mitigando o risco dos investimentos.

2.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPC, em dezembro de 2023, estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

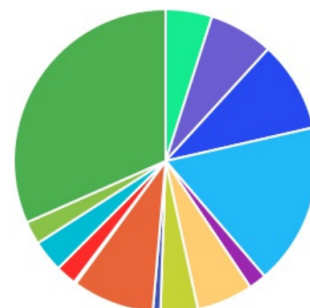
PRODUTO/FUNDO	SALDO (R\$)	PARTICIPAÇÃO S/ O TOTAL	RESOLUÇÃO CMN - 4.963/2021
TÍTULOS PÚBLICOS	158.380.674,84	31,64	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"
BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS	24.793.070,69	4.95	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	24.543.263,77	4.90	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BANESTES INVESTIMENTO PUBLICO AUTOMÁTICO FI RF	1.258.062,52	0.25	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB IRF-M TP FI RF PREVID	62.768.501,13	12.54	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB TP IPCA III FI RF PREVID	2.324.448,22	0.46	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	30.001.988,42	5.99	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF	23.662.790,94	4.73	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL 2024 I TP FI RF	9.338.567,50	1.87	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FI RF	10.542.835,56	2.11	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.725.223,95	1.94	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA	20.074.896,83	4.01	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	9.673.632,36	1.93	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	6.153.284,82	1.23	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IPCA	5.097.673,15	1.02	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BANESTES DIVIDENDOS FIC DE FIA	1.992.298,22	0.40	Artigo 8º, Inciso I
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FI AÇÕES PREVID	18.988.692,50	3.79	Artigo 8º, Inciso I
BB FATORIAL FIC AÇÕES	3.938.260,70	0.79	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES	17.375.938,86	3.47	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC	2.027.203,66	0.40	Artigo 8º, Inciso I
OCCAM FIC AÇÕES	3.303.662,23	0.66	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	1.205.673,75	0.24	Artigo 8º, Inciso I
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTI	1.062.632,03	0.21	Artigo 9º, Inciso II
BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IE	5.068.579,86	1.01	Artigo 9º, Inciso II
SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS IE	1.587.898,06	0.32	Artigo 9º, Inciso II
GENIAL MS GLOBAL BRANDS IE	1.698.415,84	0.34	Artigo 9º, Inciso II
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR	1.609.590,19	0.32	Artigo 9º, Inciso II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	17.011.212,98	3.40	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	6.469.591,28	1.29	Artigo 10, Inciso I
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO LP	11.166.890,75	2.23	Artigo 10, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO BOLSA AMERICANA II FIM	5.845.135,39	1.17	Artigo 10, Inciso I
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII	2.002.500,00	0.40	Artigo 11
Total	500.693.091,00	100,00%	-

Com relação ao enquadramento, a carteira de Investimentos do IPC possuía a seguinte distribuição:

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2023						
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo 31/12/23 (R\$)	Saldo 31/12/23 (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º I a - Títulos Públicos	158.380.674,84	31,63	20,00	29,50	81,95
	7º I b - FI Renda Fixa Ref 100% títulos TN	198.958.752,70	39,74	17,70	23,60	81,95
	7º III a - FI de Renda Fixa	40.999.487,16	8,19	0	14,50	75,00
	Total Renda Fixa	398.338.914,70	79,56	37,70	67,60	100,00
Renda Variável	8º I - FI em Ações	48.831.729,92	9,75	10,00	13,40	45,00
	Total Renda Variável	48.831.729,92	9,75	10,00	13,40	45,00
Exterior	9º II- Investimento no Exterior	11.027.115,98	2,20	1,00	5,00	10,00
	9º III- Ações - BDR Nível I	17.011.212,98	3,40	1,00	5,00	10,00
	Total de Exterior	28.038.328,96	5,60	2,00	10,00	10,00
Estruturado	10 I- Multimercado	23.481.617,42	4,69	1,50	5,50	15,00
	Total de Estruturados	23.481.617,42	4,69	1,50	5,50	15,00
Imobiliário	Art. 11 - Fundos Imobiliários	2.002.500,00	0,40	0,00	1,00	15,00
	Total de Imobiliário	2.002.500,00	0,40	0,00	1,00	15,00
	Total PL	500.693.091,00	100,00	51,20	100,00	100,00

Já com relação à diversificação, os investimentos do IPC estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, os quais não tiveram mudanças significativas nas posições durante o semestre, conforme mostra o gráfico e tabela abaixo:

BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	31,63%	R\$ 158.380.674,84	
IRF-M	17,26%	R\$ 86.431.292,07	
CDI	9,65%	R\$ 48.326.767,28	
IBOVESPA	8,71%	R\$ 43.606.554,29	
IMA-B	6,84%	R\$ 34.268.487,72	
IMA Geral ex-C	5,99%	R\$ 30.001.988,42	
IRF-M 1	4,95%	R\$ 24.793.070,69	
IMA-B 5	3,97%	R\$ 19.881.403,06	
GLOBAL BDRX	3,40%	R\$ 17.011.212,98	
S&P 500	2,46%	R\$ 12.314.726,67	
MSCI World	2,20%	R\$ 11.027.115,98	
IPCA	1,88%	R\$ 9.424.621,37	
IDIV	0,80%	R\$ 4.019.501,88	
SMLL	0,24%	R\$ 1.205.673,75	
Total	100,00%	R\$ 500.693.091,00	



Distribuição Mensal por Benchmark	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TÍTULOS	31,79%	31,33%	31,23%	32,27%	32,37%	31,63%
IRF-M	4,04%	4,04%	17,74%	17,71%	17,57%	17,26%
CDI	13,79%	14,14%	10,50%	10,20%	10,04%	9,65%
IBOVESPA	8,83%	9,13%	9,05%	8,64%	6,91%	8,71%
IMA-B	5,54%	5,43%	4,90%	4,84%	6,88%	6,84%
IMA Geral ex-C	13,28%	13,28%	6,24%	6,23%	6,11%	5,99%
IRF-M 1	7,08%	7,10%	5,16%	5,19%	5,07%	4,95%
IMA-B 5	4,27%	4,16%	4,17%	4,16%	4,06%	3,97%
GLOBAL BDRX	3,47%	3,54%	3,38%	3,32%	3,42%	3,40%
S&P 500	2,53%	2,52%	2,43%	2,40%	2,47%	2,46%
MSCI World	2,30%	2,29%	2,20%	2,08%	2,16%	2,20%
IPCA	2,04%	2,04%	2,02%	0,02	1,92%	1,88%
IDIV	0,79%	0,75%	0,75%	0,74%	0,79%	0,80%
SMLL	0,26%	0,24%	0,24%	0,22%	0,24%	0,24%

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras de todos os fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPC estão alocados e qual o real nível de risco incorrido por cada um. A partir daí, foram consolidados todos esses ativos na tabela a seguir, com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela apresenta as 20 maiores posições da carteira do IPC que, somadas, representam mais de 71,82% dos recursos:

Nome do Ativo	Valor do Ativo (milhão R\$)	Participação do Ativo
NTN-B - Venc.: Não Informado*	158.380,68	31,63%
NTN-B - Venc.: 15/08/2024 (BRSTNCNTB096)	28.509,66	5,69%
Operações Compromissadas - NTN-B - Venc.: 15/05/2035	25.148,08	5,02%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/09/2025	23.530,62	4,70%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/07/2025	12.381,75	2,47%
LTN - Venc.: 01/07/2025 (BRSTNCLTN7Z6)	11.702,92	2,34%
NTN-B - Venc.: 15/08/2030 (BRSTNCNTB3B8)	11.396,02	2,28%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2029	9.703,57	1,94%
LTN - Venc.: 01/01/2024 (BRSTNCLTN7S1)	9.227,87	1,84%
LFT - Venc.: 01/09/2027 (BRSTNCLF1RH3)	7.983,83	1,59%
LFT - Venc.: 01/03/2026 (BRSTNCLF1RE0)	7.714,66	1,54%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/07/2027	7.391,02	1,48%
NTN-B - Venc.: 15/08/2026 (BRSTNCNTB4U6)	7.258,52	1,45%
LTN - Venc.: 01/04/2024 (BRSTNCLTN7Y9)	6.132,14	1,22%
Outros Valores a receber	6.080,70	1,21%
LFT - Venc.: 01/09/2026 (BRSTNCLF1RF7)	5.977,86	1,19%
NTN-B - Venc.: 15/08/2028 (BRSTNCNTB4X0)	5.815,96	1,16%
LFT - Venc.: 01/03/2027 (BRSTNCLF1RG5)	5.584,21	1,12%
Cotas de NORDEA 1 SICAV GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FUND BI EUR CAP**	5.043,01	1,01%
NTN-B - Venc.: 15/05/2027 (BRSTNCNTB682)	4.679,16	0,93%

Fonte: Quantum Axis

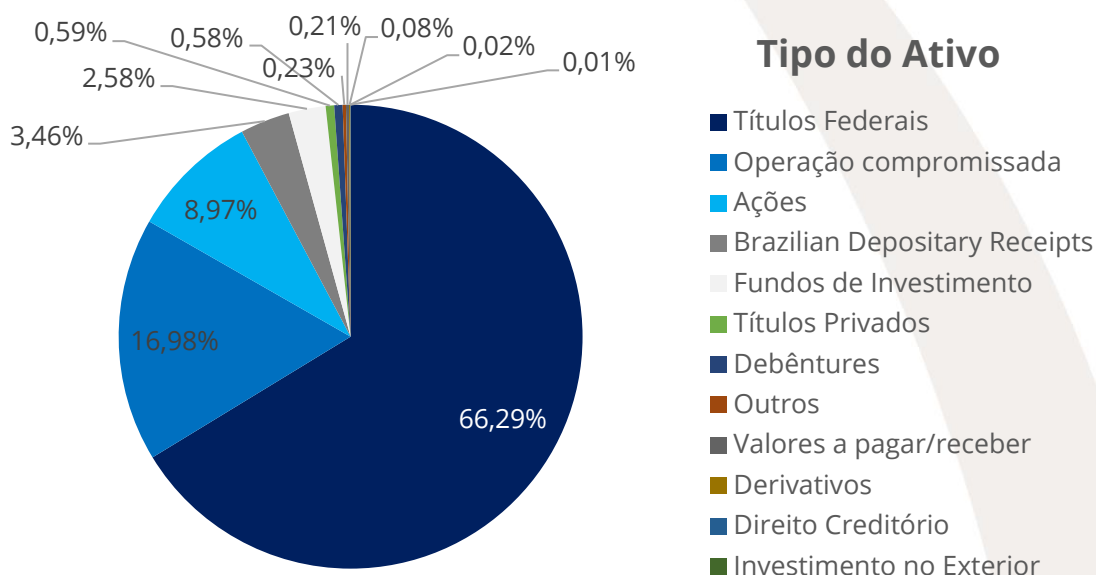
* A primeira posição cujo vencimento é "Não informado" refere-se à carteira de títulos públicos comprados de forma direta pelo RPPS e marcados a curva, conforme tabela abaixo.

** As ações e cotas de fundos destacadas foram omitidas por solicitação dos gestores dos fundos na carteira do IPC, pelos últimos três meses.

<i>Título</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Pu Atual</i>	<i>Marcação/Taxa</i>	<i>Valor Atual</i>
NTN-B 2045	15/05/2045	975	4.290,86	CURVA 5,87%	R\$ 4.183.592,26
NTN-B 2035	15/05/2035	975	4.142,80	CURVA 6,24%	R\$ 4.039.232,39
NTN-B 2040	15/08/2040	2490	4.362,23	CURVA 5,82%	R\$ 10.861.964,07
NTN-B 2040	15/08/2040	35	4.419,51	CURVA 5,69%	R\$ 154.682,96
NTN-B 2040	15/08/2040	308	4.310,28	CURVA 5,94%	R\$ 1.327.567,51
NTN-B 2045	15/05/2045	830	4.326,07	CURVA 5,80%	R\$ 3.590.640,42
NTN-B 2035	15/05/2035	730	4.261,58	CURVA 5,88%	R\$ 3.110.954,05
NTN-B 2040	15/08/2040	50	4.423,96	CURVA 5,68%	R\$ 221.198,20
NTN-B 2040	15/08/2040	500	4.310,28	CURVA 5,94%	R\$ 2.155.142,07
NTN-B 2035	15/05/2035	1560	4.430,61	CURVA 5,39%	R\$ 6.911.749,82
NTN-B 2040	15/08/2040	602	4.518,88	CURVA 5,47%	R\$ 2.720.368,18
NTN-B 2040	15/08/2040	878	4.518,88	CURVA 5,47%	R\$ 3.967.580,18
NTN-B 2040	15/08/2040	665	4.630,89	CURVA 5,23%	R\$ 3.079.543,39
NTN-B 2045	15/05/2045	611	4.361,65	CURVA 5,73%	R\$ 2.664.965,28
NTN-B 2035	15/05/2035	912	4.336,40	CURVA 5,66%	R\$ 3.954.792,40
NTN-B 2040	15/08/2040	100	4.518,88	CURVA 5,47%	R\$ 451.888,40
NTN-B 2040	15/08/2040	2430	4.482,39	CURVA 5,55%	R\$ 10.892.202,68
NTN-B 2045	15/05/2045	707	4.731,00	CURVA 5,05%	R\$ 3.344.818,92
NTN-B 2045	15/05/2045	488	4.285,87	CURVA 5,88%	R\$ 2.091.504,48
NTN-B 2035	15/05/2035	925	4.234,80	CURVA 5,96%	R\$ 3.917.187,25
NTN-B 2040	15/08/2040	202	4.423,96	CURVA 5,68%	R\$ 893.640,74
NTN-B 2035	15/05/2035	3155	4.298,77	CURVA 5,77%	R\$ 13.562.621,63
NTN-B 2035	15/05/2035	2475	4.393,65	CURVA 5,5%	R\$ 10.874.291,32
NTN-B 2040	15/08/2040	365	4.423,96	CURVA 5,68%	R\$ 1.614.746,89
NTN-B 2040	15/08/2040	22	4.310,28	CURVA 5,94%	R\$ 94.826,25
NTN-B 2045	15/05/2045	177	4.361,65	CURVA 5,73%	R\$ 772.011,22
NTN-B 2035	15/05/2035	1820	4.142,80	CURVA 6,24%	R\$ 7.539.900,46
NTN-B 2040	15/08/2040	140	4.419,51	CURVA 5,69%	R\$ 618.731,86
NTN-B 2040	15/08/2040	965	4.149,41	CURVA 6,33%	R\$ 4.004.184,31
NTN-B 2040	15/08/2040	1860	4.155,52	CURVA 6,31%	R\$ 7.729.266,19
NTN-B 2040	15/08/2040	1000	4.155,52	CURVA 6,31%	R\$ 4.155.519,46
NTN-B 2040	15/08/2040	1045	4.119,07	CURVA 6,4%	R\$ 4.304.431,81
NTN-B 2040	15/08/2040	480	4.151,45	CURVA 6,32%	R\$ 1.992.695,52
NTN-B 2040	15/08/2040	690	4.111,03	CURVA 6,42%	R\$ 2.836.612,71
NTN-B 2040	15/08/2040	70	4.111,03	CURVA 6,42%	R\$ 287.772,30
NTN-B 2040	15/08/2040	200	4.111,03	CURVA 6,42%	R\$ 822.206,58
NTN-B 2040	15/08/2040	970	4.280,39	CURVA 6,01%	R\$ 4.151.975,24
NTN-B 2045	15/05/2045	35	4.444,75	CURVA 5,57%	R\$ 155.566,28
NTN-B 2045	15/05/2045	750	4.444,75	CURVA 5,57%	R\$ 3.333.563,20
NTN-B 2040	15/08/2040	834	4.551,16	CURVA 5,4%	R\$ 3.795.666,80
NTN-B 2050	15/08/2050	1070	4.322,40	CURVA 5,94%	R\$ 4.624.967,32
NTN-B 2040	15/08/2040	1480	4.441,83	CURVA 5,64%	R\$ 6.573.901,84
NTN-B 2035	15/05/2035	912	4.336,40	CURVA 5,66%	R\$ 3.954.792,40

Total: R\$ 158.380.674,84

Considerando a carteira acima, observamos que 66,29% dos recursos do IPC são investidos em títulos públicos federais e outros 16,98% em operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, ou seja, o lastro final de 83,27% dos investimentos do IPC é o Tesouro Nacional. O risco de crédito destes títulos é considerado o menor do mercado brasileiro.



Fonte: Quantum Axis

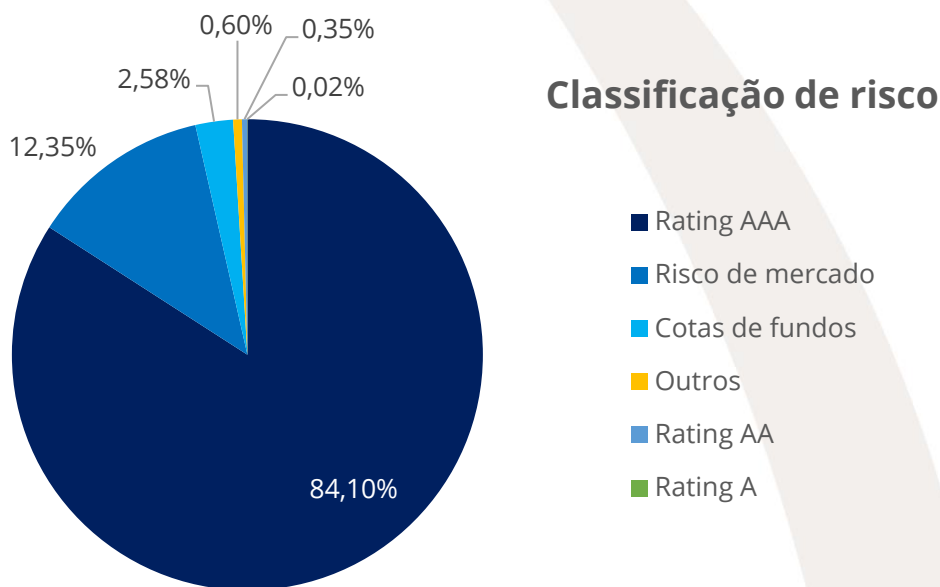
Aproximadamente 8,97% dos recursos do IPC estão investidos de forma indireta em ações de grandes empresas brasileiras, sendo as principais posições VALE ON N1 - VALE3, com 0,40%, PETROBRAS PN - PETR4, com 0,36%, ITAUUNIBANCO PN N1 - ITUB4, com 0,37%, BRASIL ON NM - BBAS3, com 0,33%, BRADESCO PN N1 - BBDC4, com 0,26%, e PETROBRAS ON - PETR3, também com 0,26%. As demais posições representam menos do que 0,20%.

Destacamos que 3,46% dos recursos do IPC são investidos em *Brazilian Depositary Receipts* (BDR), que são certificados negociados na bolsa de valores do Brasil, mas representam ações emitidas por empresas sediadas em outros países. Há ainda investimento em títulos privados e em debêntures, com a representatividade de 0,59% e 0,58%, respectivamente.

Dentre as posições destacadas acima, existem posições referentes a cotas de fundos de investimento. Isso ocorre porque, em alguns casos, os fundos do exterior investidos pelo IPC não disponibilizam as suas carteiras consolidadas e assim não temos como averiguar quais as posições finais do IPC, no que tange aos respectivos fundos em carteira.

Com relação ao risco de crédito, destacamos que a carteira consolidada do IPC possui 83,27% dos recursos investidos em ativos com rating equivalente ao rating soberano do país, por se tratar de investimentos em títulos públicos, os quais são considerados como o menor risco de crédito do mercado. Uma vez que a escala considerada pelo sistema Quantum Axis

considera os parâmetros brasileiros, esses ativos são classificados como AAA, nota que corresponde a 84,10% dos ativos do IPC. Ademais, 12,35% são classificados como “risco de mercado”, pois referem-se a investimentos em ações de empresas, que não apresentam risco de crédito nas aplicações, apenas risco de mercado. O gráfico abaixo demonstra o baixo nível de risco incorrido nas aplicações do IPC:



Fonte: Quantum Axis

2.2. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

A seguir é apresentada tabela com os retornos auferidos mensalmente e o acumulado ao longo do ano, em valores em reais e em percentual. Da mesma forma, a meta atuarial é apresentada com periodicidade mensal e acumulada. O IPC atingiu 132,5% da meta atuarial, com rentabilidade de 13,32%, contra uma meta atuarial de 10,05% no acumulado de 2023.

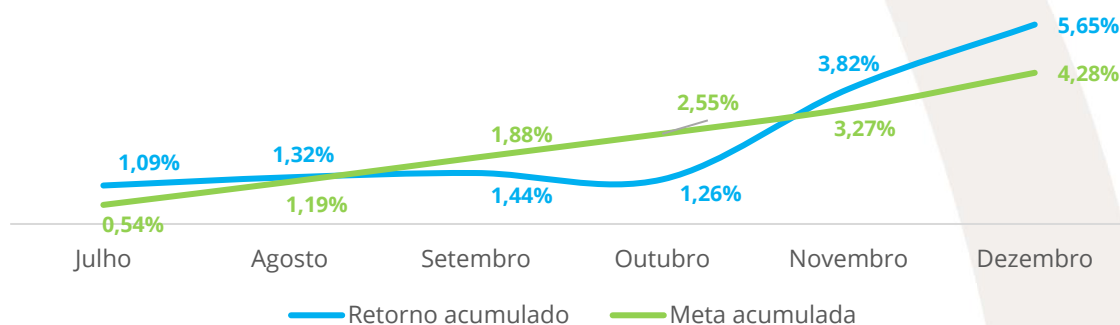
O desempenho da carteira pode ser justificado pela melhora na conjuntura econômica interna, como citado na seção 1.2, em que ativos de renda variável destacaram-se devido ao bom desempenho registrado nos meses finais do ano, que levaram a um resultado acumulado de 22,28% do Ibovespa no ano. Os fundos de renda fixa de maior *duration* também apresentaram alta rentabilidade, devido ao fechamento da curva de juros, também registrada apenas no final do ano, mais especificamente nos meses de novembro e dezembro.

O IPC possui uma carteira de renda fixa bem diversificada, contemplando fundos que investem em títulos de curto prazo, além de posições em índices que se posicionam nos vértices intermediários, como o caso do IRF-M, que representa mais de 17% do patrimônio e colaborou para o retorno acumulado. Além disso, a carteira de Títulos Públicos comprados

de forma direta também contribuiu por garantir retornos acima da meta atuarial, uma vez que estes foram comprados em momentos de taxa Selic em alta.

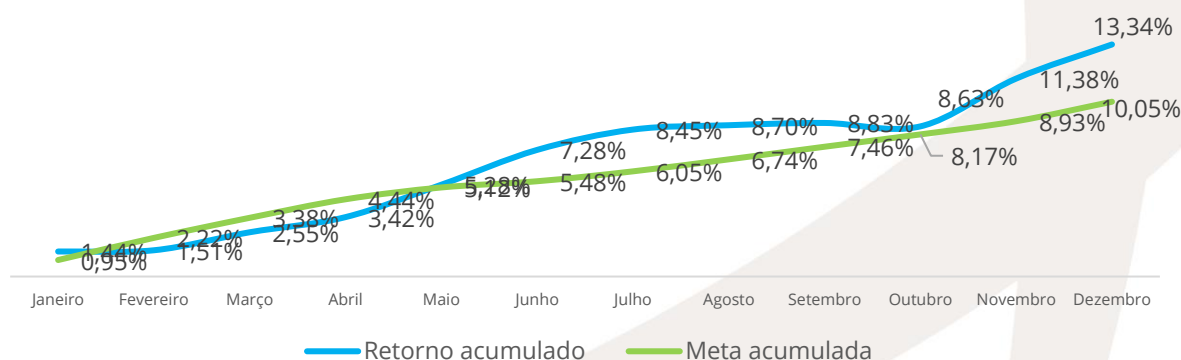
Para a renda variável, em que o IPC tem uma posição de 9,75%, o Ibovespa alcançou rentabilidade de 13,63% apenas nos seis meses finais do ano, influenciado pela melhora das expectativas com o cenário interno, em especial o viés de desinflação convergindo para a meta e, por conseguinte, perspectivas mais claras de cortes na taxa de juros dos Estados Unidos, o que pode refletir em flexibilização monetária mais intensa no Brasil. Por fim, o investimento no exterior, o qual representa 5,60% do patrimônio do IPC, também corroborou para um bom resultado anual, dado o avanço de 15,27% do S&P 500, derivado do avanço das *big techs* e da valorização do índice de BDRs com 26,33%.

Retorno x meta (2ª semestre - 2023)



JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1,09%	0,23%	0,12%	-0,18%	2,53%	1,76%
0,54%	0,65%	0,68%	0,66%	0,70%	0,98%
201,85%	35,38%	17,65%	-27,27%	361,43%	179,59%

Retorno x meta 2023



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Rentab.	1,44%	0,07%	1,02%	0,85%	1,80%	1,90%	1,09%	0,23%	0,12%	-0,18%	2,53%	1,76%
Meta	0,95%	1,26%	1,13%	1,03%	0,65%	0,34%	0,54%	0,65%	0,68%	0,66%	0,70%	0,98%
Perc. da meta	151,58%	5,56%	90,27%	82,52%	276,92%	558,82%	201,85%	35,38%	17,65%	-27,27%	361,43%	179,59%

PERÍODO	SALDO ANTERIOR R\$	SALDO FINAL R\$	META (%)	RENT. (R\$)	RENT. (%)
2023	IPCA + 5,19% A.A.				
Janeiro	403.460.142,83	408.517.457,69	0,95	5.879.090,45	1,44
Fevereiro	408.517.457,69	416.037.522,14	1,26	290.586,46	0,07
Março	416.037.522,14	419.203.813,17	1,13	4.339.005,36	1,02
Abril	419.203.813,17	435.379.990,82	1,03	3.644.805,06	0,85
Maiο	435.379.990,82	440.494.498,16	0,65	7.917.233,34	1,80
Junho	440.494.498,16	452.969.421,09	0,34	8.567.166,85	1,90
Julho	452.969.421,09	458.906.655,16	0,54	4.961.807,40	1,09
Agosto	458.906.655,16	462.472.403,42	0,65	1.084.572,74	0,23
Setembro	462.472.403,42	467.219.071,96	0,68	741.147,32	0,12
Outubro	467.219.071,96	469.419.193,73	0,66	-828.649,61	-0,18
Novembro	469.419.193,73	484.897.773,43	0,70	12.064.364,98	2,53
Dezembro	484.897.773,43	500.731.407,38	0,98	8.914.155,40	1,76
Total	-	-	10,05	57.575.285,77	13,32

3. CRITÉRIOS VERIFICADOS NO RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

3.1. CRITÉRIOS REFERENTES ÀS INSTITUIÇÕES

O IPC utiliza como critérios de avaliação das instituições prestadoras de serviços dos fundos de investimento, no mínimo:

- o volume de recursos sob administração e gestão;
- a verificação se a instituição é autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
- a boa qualidade de gestão e monitoramento de riscos;
- a solidez patrimonial; e
- o elevado padrão ético de conduta e exposição a risco reputacional.

Os tópicos supracitados serão abordados a seguir e são analisados dentro do processo de credenciamento das instituições, atendendo ao que determina a Portaria MTP nº 1.467/2022.

3.1.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Conforme descrito anteriormente, o volume de recursos sob a gestão e a administração das instituições é um dos critérios a serem analisados para evitar o risco de concentração.

Visando reduzir esse risco, o art. 20 da Resolução nº 4.963/2021 impõe alguns limites sobre os valores investidos por um RPPS em relação ao total de recursos de gestão de terceiros geridos por uma mesma instituição ou grupo econômico:

Art. 20. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômicas, assim definidas pela CVM em regulamentação específica.

O IPC atende aos dois pontos supracitados, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Gestor	Valor (R\$)	% s/ PL IPC	% s/ PL gerido (art. 20)
TESOURO NACIONAL	R\$ 158.380.674,84	31,63%	-
CAIXA ASSET MANAGEMENT	R\$ 139.324.743,90	27,83%	0,00
BB ASSET MANAGEMENT	R\$ 100.304.399,26	20,03%	0,00
BANESTES DTVM	R\$ 82.335.224,39	16,44%	1,18
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	R\$ 10.942.808,54	2,19%	0,00
PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS	R\$ 3.303.662,23	0,66%	0,00
OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	R\$ 3.308.006,03	0,66%	0,00
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL	R\$ 1.587.898,06	0,32%	0,00
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	R\$ 1.205.673,75	0,24%	0,00

Já no inciso II do §2º do art. 21, a Resolução nº 4.963/2021 também limita os percentuais de aplicação dos RPPS em geral em relação ao total de recursos sob administração:

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

Já com relação aos administradores, a distribuição se dá da seguinte forma:

Administrador	Recursos oriundos de RPPS (R\$ milhões)	Volume de recursos de terceiros (R\$ milhões)	% do segmento de RPPS sob o total da administração de terceiros (R\$ milhões)
TÍTULOS	-	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	73.798,35	502.158,62	14,70%
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	89.434,09	1.497.980,57	5,97%
BANESTES DTVM SA	1.179,23	6.982,09	16,89%
BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	12.911,73	659.218,03	1,96%
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	357,26	70.006,33	0,51%

Nas tabelas acima foram detalhados os valores de investimentos do IPC e dos RPPS, relacionando-os com os valores totais de recursos sob administração e gestão das instituições. A fonte dos dados da indústria de RPPS e do valor total gerido e administrado pelas instituições foram coletados dos Rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses rankings são atualizados mensalmente e podem ser acessados a partir [deste link \(clique aqui\)](#).

3.1.2. IDENTIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ART. 21 DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021

Visando dar maior segurança aos investimentos realizados pelos RPPS, a Resolução nº 4.963/2021 prevê no § 2º no art. 21 outras exigências para que as instituições possam receber recursos destes Entes:

2º Os regimes próprios de previdência social somente poderão aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. O administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

A confirmação do atendimento a esse critério é realizada a partir da “lista exaustiva” emitida pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, que pode ser acessada [neste link \(clique aqui\)](#).

INSTITUIÇÃO	CNPJ	Administrador	Gestor	Atende ao artigo 15
CAIXA DTVM	42.040.639/0001-40	X	X	Sim
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	30.822.936/0001-69	X	X	Sim
BANESTES DTVM	28.156.057/0001-01	X	X	Sim
RIO BRAVO INVESTIMENTOS	03.864.607/0001-08		X	Não
OCCAM BRASIL	27.916.161/0001-86		X	Não
PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	09.630.188/0001-26		X	Não
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT...	92.886.662/0001-29		X	Não
AZ QUEST INVESTIMENTOS	04.506.394/0001-05		X	Não
BEM – DTVM LTDA.	00.066.670/0001-00	X		Sim
BNP PARIBAS	01.522.368/0001-82	X	X	Sim

Vale ressaltar que embora algumas instituições não estejam presentes na “lista exaustiva”, o inciso I do § 2º ao art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021 determina que o administrador ou gestor dos fundos de investimento seja instituição presente na lista. Portanto, todas as instituições que mantêm relacionamento com o IPC estão devidamente enquadradas no que determina a legislação.

Conforme previsto no artigo 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os modelos de termos e atestados de credenciamento disponibilizados pela Secretaria da Previdência são diferentes, de acordo com atendimento ou não a esse requisito. Foram utilizados os termos e documentações exigidos de acordo com a classificação da instituição no momento do credenciamento.

3.1.3. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS

O inciso III do § 2º do art. 21 da Resolução nº 4.963/2021 se refere à boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento dos administradores e gestores dos fundos de investimento que recebem recursos dos RPPS.

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Como forma de verificar a qualidade da gestão das instituições presentes em carteira, utilizamos os relatórios de ratings de qualidade de gestão no processo de credenciamento das instituições.

O gestor de fundo de investimento que apresentar relatório de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento (Rating de Qualidade de Gestão) inferior às classificações a seguir não poderá ter o seu credenciamento atualizado:

Moody's: MQ3;
Standard & Poor's: AMP-3;
Fitch Ratings: M3;
Austin Rating: QG 3;
SR Rating: A;
Liberum Ratings: AM3;
LF Rating: LFg3.

As instituições que realizam a gestão dos fundos de investimentos presentes na carteira do IPC, com exceção do Banestes, atendem ao inciso III supracitado. O rating utilizado para o credenciamento do Banestes é referente ao risco de crédito, tendo em vista que eles não dispõem de rating de qualidade de gestão. Vale salientar que, com o rating, a instituição apresentou grau de investimento elevado:

INSTITUIÇÃO	Agência	Nota	Escala	Data
BB ASSET MANAGEMENT	Moody's	MQ1	Excelente	31/10/2023
CAIXA ASSET MANAGEMENT	Moody's	MQ1	Excelente	29/03/2023
OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Fitch	Forte	Forte	15/06/2023
BANESTES DTVM SA	Fitch Ratings	AA-	Estável	06/06/2023
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	Moody's	MQ1	Excelente	22/06/2023
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	Standard & Poor's	AMP-2	Forte	12/12/2022
SCHRODER INVESTMENT MAN BRASIL LTDA.	Fitch Ratings	Excelente	Excelente	10/06/2022
PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Fitch Ratings	Forte	Forte	22/03/2023

3.1.4. PADRÃO ÉTICO DE CONDUTA E EXPOSIÇÃO A RISCO REPUTACIONAL

Através do processo de credenciamento, seguindo normas previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, mais especificamente no parágrafo segundo do artigo 103, o IPC observará a qualidade de gestão, o ambiente de controle interno, o histórico e experiência de atuação, a solidez patrimonial, o volume de recursos sob administração, a exposição a risco reputacional, o padrão ético de conduta e a aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.

Para o credenciamento das instituições, o IPC observa os requisitos exigidos na Portaria MTP nº 1.467/2022:

I - registro ou autorização na forma do § 1º (do artigo 103 da Portaria) e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente;

II - observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro;

III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores;

IV - experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e

V - análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

Conforme previsto no artigo 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, que deverá observar os seguintes parâmetros:

I - estar embasado nos formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa dos participantes do mercado financeiro e de capitais que possua convênio com a CVM para aproveitamento de autorregulação na indústria de fundos de investimento;

II - ser atualizado a cada 2 (dois) anos;

III - contemplar, em caso de fundos de investimentos, o administrador, o gestor e o distribuidor do fundo; e

IV - ser instruído, com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet.

O formulário de Diligência utilizado é o Questionário Due Diligence, exigido pela ANBIMA, para instituições associadas, contemplando todos os detalhes da instituição, assim como o quadro de funcionários que atuam diretamente com a gestão de recursos de terceiros.

A ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais representa bancos, corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, gestoras de ativos e administradoras de patrimônios. O seu objetivo é fortalecer o setor e permitir a qualificação e a evolução do mercado financeiro nacional. Suas funções estão divididas em torno de quatro compromissos: informar, representar, autorregular e educar.

No campo de autorregulação, com o objetivo de fortalecer o mercado, a ANBIMA desenvolveu um modelo de autorregulação que pode ser utilizado, inclusive, para quem não é associado. Os Códigos de Autorregulação e Melhores Práticas apresentam as normas criadas e atualizadas constantemente, conforme as necessidades e exigências do mercado. A equipe da Anbima acompanha e oferece orientações, com caráter educativo, sempre que preciso.

Através da consulta ao site da ANBIMA, é possível verificar quais dos seus códigos são seguidos por cada uma das instituições.

Todas as instituições que figuram como administradores e gestores dos fundos investidos pelo IPC são associadas e aderentes aos principais códigos de autorregulação da ANBIMA.

3.1.5. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES

Destacamos abaixo as instituições credenciadas pelo IPC, assim como suas respectivas datas de validade:

INSTITUIÇÃO	DATA	SITUAÇÃO	VALIDADE
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	01/09/2021	Válido	* 01/09/2023
CAIXA DTVM	01/09/2021	Válido	* 01/09/2023
OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	01/11/2022	Válido	01/11/2024
BANESTES DTVM SA	01/09/2021	Válido	* 01/09/2023
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	11/05/2022	Válido	11/05/2024
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	21/07/2023	Válido	01/03/2024
SCHRODER INVESTMENT MAN BRASIL LTDA.	11/05/2022	Válido	11/05/2024
BEM - DIST. DE VALORES MOBILIARIOS LTDA.	01/11/2022	Válido	01/11/2024
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	28/04/2022	Válido	28/04/2024
PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	11/05/2022	Válido	11/05/2024
GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S.A	01/11/2022	Válido	01/11/2024

* Apesar da data de validade dos credenciamentos ter se vencido em setembro, existe a previsão de credenciar todas as instituições que se relacionam com o IPC em janeiro de 2024.

3.2. CRITÉRIOS REFERENTES AOS ATIVOS INVESTIDOS

A estratégia de alocação no âmbito do IPC está descrita na Política de Investimentos 2023, que estabeleceu as diretrizes a serem seguidas durante o exercício. Conforme exposto no item do detalhamento da carteira e nos saldos investidos referentes ao fechamento de dezembro, verifica-se que os percentuais de investimentos por enquadramento não ultrapassaram os limites definidos na Política de Investimentos em vigor, portanto, enquadradas nos limites definidos. Estes percentuais estão dispostos na tabela presente no item 2.1 deste relatório.

4.2.1 POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS DOS FUNDOS EM CARTEIRA

Para alinhar os objetivos de investimento do IPC com os dos fundos investidos, assim como a aderência das estratégias aos limites apresentados na Resolução CMN nº 4.963/2021, analisamos os regulamentos dos fundos em carteira evidenciando a compatibilidade dos riscos envolvidos nos investimentos desses fundos com o perfil de investidor do RPPS.

Todos os regulamentos dos fundos estão arquivados digitalmente.

3.3. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS FUNDOS

Foram analisadas as demonstrações contábeis, a composição das carteiras, as evoluções de patrimônio líquido, bem como as correspondentes notas explicativas e outras informações de cada um dos fundos.

As demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira dos fundos em carteira e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Resolução nº 175 da Comissão de valores Mobiliários, conforme evidencia os pareceres de Auditores Independentes disponíveis no site da CVM (<https://cvmweb.cvm.gov.br/>).

3.4. ANÁLISE DOS RISCOS

3.4.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPC mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos,

comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

O IPC apresenta solidez patrimonial suficiente para manutenção de recursos investidos para o longo prazo, além de manter uma carteira bem diversificada, contemplando fundos mais conservadores, importantes para o fluxo de caixa. Esta estratégia evita possíveis resgates em momentos de baixa do mercado.

3.4.2. RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 2.1 deste relatório.

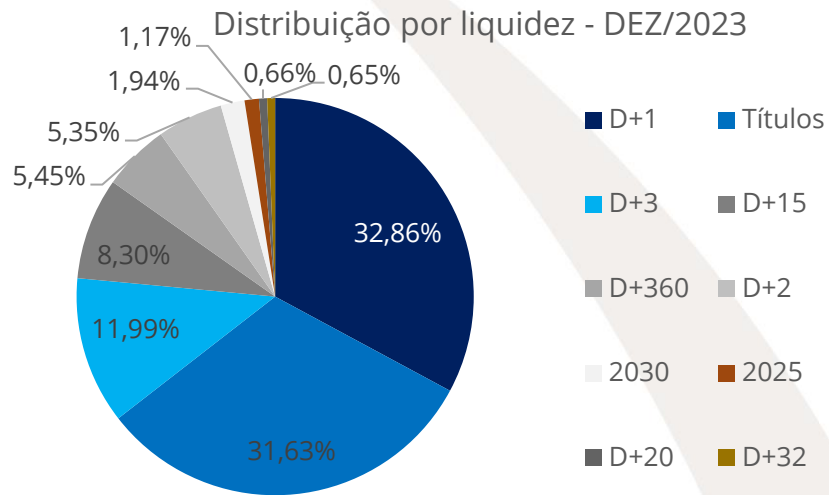
3.4.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira conta com razoável condição de liquidez, uma vez que o IPC mantém mais de 30% do patrimônio investido de forma direta em títulos públicos federais, os quais estão marcados na curva e a gestão tem intenção de levá-los até os seus respectivos vencimentos. Dentre os demais ativos investidos, seis dos fundos, que juntos representam 7,40%, contam com prazo de carência para resgate. Contudo, o risco de liquidez é reduzido, uma vez que quatro deles disponibilizam os recursos no ano de 2024, um em 2025 e um em 2030, mas este representa apenas 1,94% do patrimônio do RPPS.

Quanto aos fundos líquidos, o que conta com o maior prazo para disponibilização dos valores investidos o faz em 32 dias, sendo este o prazo que o IPC consegue converter mais de 60% do seu patrimônio em caixa.

Como citado acima, o IPC mantém investimentos de forma direta em títulos públicos, representando 31,64% do patrimônio investido. Vale salientar que foi realizado estudo de ALM atestando a compatibilidade dos vencimentos dos títulos marcados na curva com a necessidade de utilização dos recursos do IPC, estando, portanto, de acordo com o artigo 115 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e não gerando prejuízo à situação de solvência do regime.

Dessa forma, consideramos como elevado o nível de liquidez dos investimentos e compatível com as necessidades presentes e futuras do regime, e que se manteve sem grandes alterações durante o semestre, como observado na tabela abaixo.



Fonte: UNO

IPC

Produto/Fundo	Valor (R\$)	% s/total	Carência	Disponibilidade	% no PL do Fundo
BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO RF	24.793.070,69	4,95%	Não há	D+2	14,09
BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	24.543.263,77	4,90%	Não há	D+1	9,40
BANESTES INVESTIMENTO PUBLICO AUTOMÁTICO FI RF	1.258.062,52	0,25%	Não há	D+0	0,00
BB IRF-M TP FI RF PREVID	62.768.501,13	12,54%	Não há	D+1	1,54
BB TP IPCA III FI RF PREVID	2.324.448,22	0,46%	2024	D+360	0,40
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	30.001.988,42	5,99%	Não há	D+0	0,57
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF	23.662.790,94	4,73%	Não há	D+0	1,01
CAIXA BRASIL 2024 I TP FI RF	9.338.567,50	1,87%	2024	D+0	1,87
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FI RF	10.542.835,56	2,11%	2024	D+0	0,27
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.725.223,95	1,94%	2030	D+0	0,97
BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA	20.074.896,83	4,01%	Não há	D+3	13,84
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	9.673.632,36	1,93%	Não há	D+0	0,33
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	6.153.284,82	1,23%	Não há	D+0	0,04
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	5.097.673,15	1,02%	2025	D+2	2,23
BANESTES DIVIDENDOS FIC DE FIA	1.992.298,22	0,40%	Não há	D+6	14,42
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FI AÇÕES PREVID	18.988.692,50	3,79%	Não há	D+3	5,32
BB FATORIAL FIC AÇÕES	3.938.260,70	0,79%	Não há	D+3	0,00
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES	17.375.938,86	3,47%	Não há	D+15	0,04
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	2.027.203,66	0,40%	Não há	D+32	0,20
OCCAM FIC AÇÕES	3.303.662,23	0,66%	Não há	D+17	0,41
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	1.205.673,75	0,24%	Não há	D+29	0,15
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	1.062.632,03	0,21%	Não há	D+5	0,21
BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IE	5.068.579,86	1,01%	Não há	D+5	1,27
SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS IE	1.587.898,06	0,32%	Não há	D+4	0,51
GENIAL MS GLOBAL BRANDS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	1.698.415,84	0,34%	Não há	D+6	3,06
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	1.609.590,19	0,32%	Não há	D+6	1,30
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	17.011.212,98	3,40%	Não há	D+3	0,85
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	6.469.591,28	1,29%	Não há	D+1	0,40
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO LP	11.166.890,75	2,23%	Não há	D+15	1,86
RIO BRAVO PROTEÇÃO BOLSA AMERICANA II FIM	5.845.135,39	1,17%	2024	D+3	11,14
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII	2.002.500,00	0,40%	Não há	D+2*	1,87
TÍTULOS PÚBLICOS	158.380.674,84	31,63%	Não há	-	-
TOTAL INVESTIMENTOS	500.693.091,00	100,00	-	100,0%	-

*Apesar do recurso ser disponibilizado em dois dias, a saída do fundo se dá através da venda das cotas na B3.

3.4.4. RISCO DE SOLVÊNCIA

Foi realizado um estudo ALM indicando a carteira de investimentos que os recursos financeiros serão suficientes para cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios previdenciários, e que constituirá um superávit ao longo dos 75 anos no cenário da carteira sugerida.

Além disso, foi realizada uma análise de solvência em 1000 cenários gerados, em que, na carteira Moderada sugerida, o plano atingiu uma frequência de 99,99% de solvência em todos os cenários e anos da análise. Sendo assim, temos que o plano possui uma boa relação entre ativos e passivos e apresenta um baixo risco de insolvência.

3.4.5. RETORNO DOS INVESTIMENTOS POR BENCHMARK

A tabela a seguir apresenta indicadores de retorno dos investimentos e seus respectivos *benchmarks*, com base em dezembro de 2023:

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVID	6,05%	-0,002	1,014	-0,45%	-0,053	16,06%	0,027	1,011	-0,42%	0,991
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	6,17%	0,001	1,010	-0,22%	0,027	16,32%	0,029	1,002	-0,17%	1,080
IRF-M	6,28%	0,003	1,000	0,00%	0,100	16,51%	0,031	1,000	0,00%	1,146

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA	5,93%	0,004	-1,113	24,93%	-0,406	10,67%	-0,059	0,365	5,69%	-1,467
BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CP	4,58%	-0,036	0,834	-1,01%	-11,223	9,72%	-0,037	0,808	-0,65%	-10,579
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6,45%	0,005	1,232	-2,20%	1,434	10,88%	-0,017	1,129	-3,54%	-1,491
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REF DI PREVID LP	6,15%	0,000	1,034	-0,42%	-0,019	12,98%	-0,001	1,122	-1,56%	-0,154
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO LP	7,04%	-0,002	-10,256	136,82%	0,336	12,77%	0,002	-1,065	25,29%	-0,038
CDI	6,15%	0,000	1,000	0,00%	0,000	13,05%	0,000	1,000	0,00%	0,000

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FI AÇÕES	13,07%	0,164	0,874	0,57%	0,742	20,49%	0,089	0,890	-0,78%	0,440
BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES	13,09%	0,158	0,916	0,05%	0,722	18,94%	0,070	0,987	-2,70%	0,348
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES	12,47%	0,130	1,093	-3,06%	0,574	27,90%	0,141	1,032	4,48%	0,683
OCCAM FIC AÇÕES	10,70%	0,112	0,905	-4,15%	0,509	15,74%	0,043	0,917	-4,99%	0,211
Ibovespa	13,63%	0,158	1,000	0,00%	0,720	22,28%	0,098	1,000	0,00%	0,487

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BANESTES DIVIDENDOS FIC AÇÕES	14,22%	0,176	0,922	-1,80%	0,888	13,81%	0,025	0,892	-6,44%	0,120
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIV RPPS FIC AÇÕES	12,37%	0,136	0,941	-5,58%	0,722	23,73%	0,127	0,821	2,40%	0,623
Ibovespa	13,63%	0,139	1,135	-6,46%	0,720	22,28%	0,098	1,000	0,00%	0,487
IDIV	16,04%	0,196	1,000	0,00%	1,037	26,84%	0,147	0,902	4,47%	0,706

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	4,20%	-0,034	1,047	0,15%	-0,600	16,01%	0,026	1,035	-0,13%	0,534
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,83%	-0,085	1,188	-5,86%	-1,372	9,25%	-0,028	1,167	-6,46%	-0,470
IMA-B	4,21%	-0,036	1,000	0,00%	-0,627	16,05%	0,028	1,000	0,00%	0,558

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	4,92%	-0,018	1,334	9,15%	-1,470	13,59%	-0,020	-0,248	-1,44%	0,267
CDI	6,15%		0,000	0,00%	0,000	13,05%	-	0,000	0,00%	0,000
IPCA	1,70%	-0,086	1,000	0,00%	-16,884	4,62%	-0,078	1,000	0,00%	-8,365

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	6,08%	-0,001	0,959	-0,15%	-0,344	13,18%	0,001	0,925	-0,05%	0,261
IRF-M 1	6,16%	0,000	1,000	0,00%	0,075	13,25%	0,002	1,000	0,00%	0,433

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,62%	-0,187	0,361	-5,79%	-1,836	5,19%	-0,309	0,233	-7,01%	-2,010
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,60%	-0,187	0,364	-5,84%	-1,828	5,16%	-0,307	0,236	-7,03%	-2,003
IMA-B 5	4,75%	-0,026	1,000	0,00%	-0,957	12,13%	-0,008	1,000	0,00%	-0,375

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	9,07%	0,062	0,984	-1,11%	0,502	24,92%	0,106	0,996	-1,10%	1,039
Global BDRX	9,72%	0,073	1,000	0,00%	0,593	26,33%	0,117	1,000	0,00%	1,150

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	10,86%	0,069	1,455	5,13%	0,568	33,22%	0,127	1,389	14,46%	1,217
RIO BRAVO PROTEÇÃO BOLSA AMERICANA II FI MULT	4,57%	-0,088	0,332	-4,07%	-0,643	15,86%	0,083	0,307	1,85%	0,658
S&P 500	7,67%	0,034	1,000	0,00%	0,300	15,27%	0,023	1,000	0,00%	0,270

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IS IE FIA	3,41%	-0,036	1,189	-7,64%	-0,289	1,50%	-0,104	0,995	-10,61%	-0,951
BB SCHRODER IE FI MULTIMERCADO	8,81%	0,061	0,895	3,02%	0,503	10,85%	-0,022	0,760	-1,88%	-0,191
GENIAL MS GLOBAL BRANDS IE FIC AÇÕES	5,61%	-0,004	0,917	-2,94%	-0,031	6,18%	-0,086	0,693	-6,16%	-0,659
GENIAL MS US GROWTH IE FIC AÇÕES	12,22%	0,064	2,487	9,06%	0,471	35,65%	0,091	2,438	21,53%	0,771
SCHRODER SUSTENT GLOBAIS USD IS IE FIC AÇÕES	8,85%	0,045	1,361	2,38%	0,380	11,96%	-0,003	1,157	-0,70%	-0,029
MSCI World	7,31%	0,028	1,000	0,00%	0,236	12,98%	0,003	1,000	0,00%	0,034

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	5,20%	0,00516	0,825209	2,12%	0,018243	15,29%	0,055582	0,676439	-0,93%	0,189958
Ibovespa	13,63%	0,206225	0,764291	17,33%	0,71986	22,28%	0,146925	0,664443	5,16%	0,486979
SMLL	3,40%	-0,020562	1	0,00%	-0,073215	17,12%	0,069263	1	0,00%	0,25471

IPC

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI RENDA FIXA PREVID	5,30%	-0,056	0,289	0,87%	-1,958	11,14%	-0,030	0,569	2,73%	-1,215
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IPCA FI RENDA FIXA	2,54%	0,095	-0,733	-13,24%	-2,221	-	-	-	-	-
IPCA	1,70%	-0,086	1,000	0,00%	-16,884	4,62%	-0,078	1,000	0,00%	-8,365

ATIVO	06 MESES					12 MESES				
	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe	Retorno	Treynor	Beta	Alfa	Sharpe
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	6,35%	0,012	0,719	2,38%	0,079	40,02%	0,177	1,319	19,94%	1,249
IFIX	4,95%	-0,021	1,000	0,00%	-0,300	15,50%	0,025	1,000	0,00%	0,279

Fonte: Quantum Axis

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacamos que a carteira do IPC no segundo semestre não teve grandes mudanças em sua estratégia, ademais apenas incrementou posições mais conservadoras, algo que se mostrou importante para mitigação de risco de mercado, além de entregar retornos condizentes a meta atuarial. No segundo semestre, assim como no acumulado do ano, a carteira de investimentos do IPC apresentou desempenho superior a meta atuarial, devido a melhora na conjuntura econômica. Os ativos ligados a renda fixa e a variável internos tiveram bons resultados, devido a inflação em um viés de queda, sendo possível visualizar um ciclo de cortes de juros mais intenso, por parte do Banco Central do Brasil. Os investimentos no exterior também apresentaram bons resultados, apesar do elevado nível de incerteza, as quais persistem no cenário atual, devido a políticas monetárias restritivas, sobretudo nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Muito do resultado dos índices acionários do país americano, advém do boom da inteligência artificial que refletiu em forte alta das ações de empresas do setor de tecnologia. Ainda sobre a Renda Fixa, o IPC mantém exposição a títulos públicos, os quais foram comprados de forma direta, com taxas acima da meta atuarial e encontram-se marcados na curva, o que dilui a volatilidade da carteira e dá um melhor gerenciamento quanto ao equilíbrio do plano.

Logo, os ativos que compõem a carteira do IPC, seja de maneira direta ou indireta, dos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades e tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre e do ano de 2023.

Vitor Leitão

Consultor de Investimentos